

# O DIGITAL ENTRE OS MUITOS *DIVIDES* DE ÁFRICA

SUSANA SALGADO

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

(BOLSEIRA DE PÓS-DOUTORAMENTO DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA)

## Resumo

Que influência podem ter as novas tecnologias da comunicação e da informação nos processos de democratização e no desenvolvimento? Será o digital o primeiro/mais importante *divide* a ser ultrapassado em África? Este artigo olha para as diferentes perspectivas que têm sido desenvolvidas sobre estes temas e analisa os casos de Angola e Moçambique com o objectivo de encontrar pistas que sustentem ou refutem as posições teóricas existentes.

## Palavras-chave

*Digital Divide*; Desenvolvimento; Democratização; África; Angola; Moçambique.

## Introdução

Depois de um longo período em que os conceitos de democracia e desenvolvimento permaneceram sobretudo separados nas principais áreas de investigação, entre os especialistas parece existir agora a convicção de que desenvolvimento e democracia estão fortemente relacionados. Ainda que a causalidade entre desenvolvimento económico e democratização não seja sempre observada na prática, a posição de diversos autores e de organizações como a ONU é a de que, em contextos mais desenvolvidos, as pessoas tendem a acreditar mais nos valores democráticos (Lerner, 1958; Lipset, 1959; Huntington, 1991; Przeworski & Limongi, 1997; Vanhanen, 1997).

Se Diamond (2008) chamou a atenção para o facto de que o *link* entre democracia e desenvolvimento, ainda que frequente, não é universal, porque alguns países atingiram elevados graus de desenvolvimento económico e financeiro sem serem democráticos, Przeworski e Limongi defenderam que "com desenvolvimento, a democracia tem mais possibilidade de se expandir em países pobres" (1997: 178) e Lipset enfatizou que "uma sociedade dividida entre uma grande massa empobrecida e uma pequena elite favorecida dá origem ou a uma oligarquia ou a uma tirania" (1959: 75).

Neste contexto, faz sentido conceber o desenvolvimento não apenas na sua faceta económica, mas incluir igualmente os aspectos sociais, culturais e políticos, ou seja, no sentido de "desenvolvimento humano sustentável", tal como é definido pela ONU. Também na definição de democracia é necessário introduzir aqui uma precisão que resulta da distinção que é utilizada pela *Freedom House* nos seus inquéritos anuais, entre "democracias eleitorais" e "democracias liberais", em que o segundo tipo é considerado mais livre e mais abrangente pois, para além da realização de eleições multipartidárias, inclui também os outros direitos políticos e as liberdades civis geralmente associadas a um regime democrático, como é o caso, por exemplo, das liberdades de expressão, de imprensa,

de associação. Esta distinção torna-se especialmente pertinente quando se estudam os casos das democracias recentes.

O acesso à informação é essencial quer para o desenvolvimento, quer para a democracia, logo não faz sentido pensar estas questões na actualidade sem introduzir uma reflexão sobre os media. Estes, se livres e independentes, são geralmente impulsionadores do desenvolvimento e da democratização, mas também podem ser instrumentalizados e utilizados em situações de ditadura e despotismo.

Analisando alguns países do Médio Oriente, em *The Passing of Traditional Society* – um dos mais citados livros sobre a relação entre o desenvolvimento, a democracia e a comunicação – Lerner sugeriu que a difusão dos media de massa precipitaria a modernização social e os processos democráticos. Cerca de 50 anos depois, muitos investigadores concordam com o potencial dos media (Gunther e Mughan, 2000; Tettey, 2001; Voltmer, 2006; Voltmer e Rawnsley, 2009; Salgado, 2009; 2011). Mas limitações também são apontadas. Por um lado, os processos de desenvolvimento não são tão simples ou lineares como sugere a teoria da modernização e, por outro, os efeitos dos media dependem dos sistemas políticos e mediáticos dos contextos em que estão inseridos e, para além disso, são geralmente complexos e, muitas vezes, subtis e indirectos.

O papel dos media na democratização e no desenvolvimento é variado e vai além da transmissão de informação útil para as populações. "A rádio, a televisão e os jornais podem ser instrumentos importantes para o desenvolvimento político, social, económico e cultural, promovendo a educação cívica, a mobilização política, fornecendo exemplos de comportamento cívico e político, transmitindo informação sobre direitos e obrigações, ou agindo como 'vigilantes' do poder político, etc." (Salgado, Forthcoming).

## Internet e Democratização

Com o aparecimento da Internet podem acentuar-se estas funções e também se abrem novas possibilidades para os políticos e para os cidadãos em geral. Os políticos têm outro *medium* para transmitir as suas mensagens e novas formas de interacção com os eleitores. Os cidadãos têm mais fontes de informação e canais de comunicação disponíveis, onde podem também obter conhecimento sem a mediação jornalística e podem interagir directamente com o Governo.

A possível influência da Internet na democracia é um tema controverso entre os investigadores. Alguns autores – como Grossman no seu livro *Electronic Republic* – lançaram o debate identificando as consequências positivas que a Internet pode ter na democracia e dando grande ênfase à possibilidade de os cidadãos participarem directamente no sistema político. Como Grossman explica, "ao permitir que os cidadãos participem directamente nas decisões políticas, a comunicação electrónica aumenta o papel que eles podem ter na democracia em detrimento das instituições tradicionais que têm desempenhado no passado a função de intermediários entre Governo e cidadãos" (Apud Ferdinand, 2000: 140).

Enquanto alguns autores acreditam que a Internet conduz a um debate político mais informado, porque permite o acesso a fontes de informação variadas e a novos canais de comunicação (Ferdinand, 2000; Gimmler, 2000), outros advertem que é um erro considerar a tecnologia como a causa das actividades políticas dos cidadãos (Schuler, 2004). É importante notar que advertências semelhantes têm sido feitas sobre a influência dos

media em geral. Em *Negotiating Democracy*, uma reflexão acerca do "lugar dos media na vida política e cultural de países em processos de democratização e simultaneamente de liberalização económica, privatização e de reforma da sociedade civil" (2007: 2), Murphy argumenta que a liberalização dos media geralmente está relacionada com a criação de oportunidades de negócio e não com tentativas de aprofundamento da cidadania ou de melhoramento da qualidade da prática democrática. Segundo ele, isto é preocupante porque "os contornos da democracia são apresentados em termos de consumismo em vez de cidadania" (2007: 7).

Coleman (2005) chama a atenção para outros aspectos que são amplificados pela Internet e que podem ser vistos como obstáculos: a fragmentação dos conteúdos e a dispersão de identidades. Para além disso, a Internet não resolve o problema da complexidade inerente às decisões políticas e o consequente desinteresse dos cidadãos comuns pelos detalhes dos processos de decisão política, já assinalado por alguns dos primeiros teóricos da opinião pública e da representação democrática, como Lippmann e Schumpeter, e que Coleman também salienta. E como Best e Wade enfatizam, "a Internet – como os media em geral – pode ser usada quer como uma ferramenta para a liberalização e para a democratização, quer como um instrumento para o autoritarismo" (2009: 255).

Investigando situações particulares em diferentes contextos, diversos autores apontaram para o potencial democrático da Internet, especialmente em situações de liberdade de expressão e de imprensa limitadas (Kedzie, 2002; Haseloff, 2005; Mäkinen e Kuira, 2008; Best e Wade, 2009; Groshek, 2009; Salgado, 2009). Os efeitos democráticos da Internet dependem do estágio em que o processo de construção da democracia se encontra, da sociedade e da cultura política de cada país. Quanto menos abertura houver no país, potencialmente maiores efeitos a Internet poderá ter, pois pode funcionar como uma alternativa aos outros media, muitas vezes controlados directa ou indirectamente pela elite política dirigente.

As posições conflitantes em relação ao potencial democrático da Internet apontam para realidades difíceis de ignorar e que devem ser tidas em conta. Alguns autores focam a interactividade, a possibilidade de os cidadãos participarem directamente no processo político, de os utilizadores produzirem os seus próprios conteúdos e do mais fácil acesso à informação como vantagens relevantes para o processo de construção da democracia. Outros autores manifestam a sua discordância em relação à perspectiva de considerar a tecnologia como a solução para quase todos os problemas, ou descrevem as condicionantes do acesso à tecnologia, e consequentemente ao conhecimento, sustentando os seus argumentos nos conceitos de *digital divide* e de *global digital divide*. Estes conceitos focam precisamente a atenção nas disparidades do acesso à Internet e à tecnologia em geral entre diferentes segmentos da população e entre países desenvolvidos e países pobres. Os problemas de acesso encontram uma maior expressão no contexto africano onde a população em geral é pobre, os níveis de alfabetismo e literacia são muito baixos e o acesso à tecnologia é muito limitado.

O continente africano tem a mais baixa taxa de penetração da Internet quando comparado com o resto do mundo. Segundo o *Internet World Stats*, em 2010, este valor era de 10,9 por cento, enquanto no resto do mundo a percentagem atingiu os 31,8 por cento. Em Angola, no mesmo ano, 607.400 utilizadores tinham acesso à Internet, representando 4,6 por cento da população, e os números foram 621.500 e 2,8 por cento em Moçambique.

No entanto, é importante referir que a percentagem de utilizadores está a aumentar muito rapidamente devido à disponibilidade de acessos mais baratos. Por exemplo, em Angola, apenas um ano antes, o número de utilizadores era de 550.000, enquanto em 2005 era 172.000 e em 2000 somente 30.000.

Desta forma, as constantes inovações estão a baixar continuamente os custos da tecnologia e a expandir a sua penetração a um ritmo sem precedentes, incluindo nos países em vias de desenvolvimento. De tal forma que, ainda que muito grande, a diferença entre África e o resto do mundo tem vindo a diminuir devido à rápida adopção dos telefones móveis e da Internet neste continente.

Não obstante estes importantes progressos, o continente africano tem de ultrapassar não apenas o *gap* entre países, mas também o *gap* dentro dos próprios países, com disparidades marcantes entre contextos rurais e urbanos, homens e mulheres, faixas etárias, bem como elevados níveis de analfabetismo e pobreza. Para além de tudo isso, na maior parte dos casos, as infra-estruturas técnicas estão implementadas nas cidades e apesar de alguns projectos, como o do Governo moçambicano de abrir telecentros espalhados no país para permitir o acesso das comunidades rurais às novas tecnologias da informação e comunicação, a expansão destas nas zonas rurais é ainda um desafio devido a diversos factores como a falta de electricidade, a cultura mais fechada, ou as barreiras linguísticas por se falarem dialectos diferentes.

Em suma, apesar dos debates sobre a Internet e as suas potencialidades para a democracia e para o desenvolvimento, e do crescimento considerável do acesso nos últimos anos, grande parte da população mundial não tem ainda acesso. Para além disso, para participar na vida social, política e democrática do país fazendo uso das novas tecnologias da informação e comunicação é necessário não só ter acesso à tecnologia, mas também saber como e querer utilizá-las.

### O Conceito de *Digital Divide*: A Tecnologia e o Desenvolvimento

Em 2001, a ONU apontou para a necessidade de olhar para a tecnologia "como um instrumento, e não apenas uma recompensa, do crescimento e do desenvolvimento" (UNDP Report, 2001: 27). A lógica por detrás desta advertência é a de que, tornando a informação disponível para todos, criando redes de comunicação e permitindo diferentes tipos de diversificação económica e política, as novas tecnologias da informação e da comunicação podem ajudar a acelerar a consecução dos objectivos de desenvolvimento do milénio<sup>1</sup>.

Este posicionamento da ONU é partilhado por estudiosos e observadores e enquadra-se no que pode ser considerada como uma visão optimista em relação à influência que a tecnologia tem no desenvolvimento humano. Nesta perspectiva, as novas tecnologias da informação e da comunicação permitirão aos países subdesenvolvidos atingir mais rapidamente níveis de modernização que os aproximarão dos outros países. São várias as possibilidades, quer na economia, facilitando o empreendedorismo e a integração dos mercados à escala global, por exemplo, quer na política, que beneficiará de maior par-

---

1 A ONU definiu os seguintes objectivos: a erradicação da pobreza extrema e da fome, a promoção da igualdade de géneros e o fortalecimento da posição das mulheres nas várias áreas da vida pública, a redução da mortalidade infantil e a melhoria dos cuidados pré-natais, o combate à SIDA, à malária e outras doenças, assegurar a sustentabilidade ambiental, tornar a educação básica universal e desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento.

ticipação dos cidadãos, logo de novos actores e de uma maior abertura aos processos democráticos. A combinação destes factores pode acelerar o desenvolvimento mesmo nas regiões mais pobres e ajudar a reverter algumas das tendências mais preocupantes.

No extremo oposto, uma visão mais pessimista aponta as novas tecnologias como prováveis causadoras de um aumento das desigualdades económicas e sociais. A um nível global, como é necessário um investimento considerável para tornar a tecnologia acessível para todos, os países mais pobres estão em clara desvantagem. Para além disso, nestes países há outros tipos de investimentos mais urgentes, como os relacionados com a alimentação, com a saúde, ou com a educação, por exemplo, que deveriam ser prioritários. Depois, internamente cada país, em maior ou menor grau, já tem diferenças entre ricos e pobres e o acesso à tecnologia servirá sobretudo para acentuar essas diferenças, uma vez que apenas os mais ricos poderão e saberão usar os novos dispositivos tecnológicos.

Como vimos, a relação entre o desenvolvimento e as novas tecnologias tem suscitado perspectivas divergentes sobre a influência que as últimas podem ter sobre o primeiro. Norris, numa posição de meio-termo entre as perspectivas optimistas e pessimistas, defende que "mesmo que o *digital divide* diminua gradualmente com o tempo, é ingénuo acreditar que o mundo virtual vai eliminar as desigualdades sociais que são endémicas" (2001: 17).

Concretamente o que significa o conceito de *digital divide*? De uma forma simples, pode dizer-se que o termo foi pensado para designar a distribuição desigual da informação e das tecnologias da informação e da comunicação. Para a OCDE, é o "gap entre indivíduos, lares, empresas e áreas geográficas em diferentes níveis socio-económicos no que se refere quer a oportunidades de acesso à informação e às novas tecnologias da informação e da comunicação, quer ao uso da Internet para uma variedade de actividades (2001: 5).

O termo *digital divide* surgiu relacionado com uma outra abordagem teórica centrada nas disparidades causadas pelo diferente acesso das populações à informação e aos media, a hipótese do *knowledge gap*. Nos anos 1970, esta teoria sugeria que a sociedade da informação e cada novo *medium* aumentavam as diferenças entre as pessoas, por um lado, as com estatuto socio-económico elevado e com mais habilitações académicas que têm maior facilidade em lidar com a tecnologia e em obter e compreender informação e, por outro, as outras pessoas oriundas de estatutos socio-económicos inferiores e com menos instrução escolar, que têm pouco ou nenhum conhecimento sobre os temas da actualidade e geralmente também não demonstram preocupação em superar esta falta de informação e conhecimento. Ou seja, não é só a capacidade financeira de obtenção da nova tecnologia que determina o acesso à mesma, a questão do controlo do seu uso é igualmente importante para a obtenção da informação e do conhecimento.

Esta hipótese foi inicialmente proposta por Tichenor e os seus colegas, num artigo intitulado "Mass media flow and differential growth in knowledge"<sup>2</sup> e sustentava que a tentativa de melhorar a vida das pessoas com acesso a mais informação através dos media pode nem sempre correr como inicialmente previsto. É que à medida que aumenta a dispersão dos media no sistema social, os segmentos da população com estatuto socio-económico mais elevado tendem a beneficiar das vantagens de forma muito mais rápida do que os

---

2 O artigo foi publicado originalmente em 1970 na revista *Public Opinion* 34 (2): 159-170. Existe uma tradução portuguesa disponível no livro organizado por João Pissarra Esteves, *Comunicação e Sociedade*, indicado adiante na bibliografia deste artigo.

segmentos menos privilegiados e, por isso, o *gap* entre estes segmentos da população tende a aumentar em vez de diminuir em consequência da adopção dos novos media. Logo, os novos media podem, na verdade, acentuar as diferenças já existentes.

Relacionado com esta teoria, o conceito de *digital divide* surgiu na década de 90, para se referir ao *gap* que existe no acesso às novas tecnologias, quer no caso das diferenças entre países (*global digital divide*), quer no que se refere às diferenças no contexto de um país resultantes dos diferentes níveis de rendimento, classe ou grupo social, habilitação escolar, idade, género, ou área geográfica.

Com este conceito pretende-se fazer referência quer aos desequilíbrios resultantes dos recursos e do acesso físico à tecnologia, quer a outro tipo de desequilíbrios mais relacionados com a capacidade de usar a tecnologia e de participar, activando comportamentos e possibilidades que a cidadania digital oferece. Por outras palavras, refere-se ao acesso desigual às tecnologias e à capacidade desigual de as utilizar. Apesar destas duas dimensões, as primeiras tentativas para lidar com estes problemas foram sobretudo pensadas no plano técnico, equacionando formas de fornecer o acesso à tecnologia (aos computadores e à rede) ao maior número possível de países e pessoas. Esta noção tem conduzido à definição de projectos que promovem o acesso das comunidades à tecnologia em espaços públicos, como escolas, bibliotecas ou telecentros.

### As Diferentes Dimensões do *Digital Divide* em África

A questão do acesso tem sido o tópico mais debatido no caso da relação entre as novas tecnologias da informação e da comunicação e o desenvolvimento em África. Mas alguns autores têm advertido para a necessidade de contemplar outros aspectos na noção de *digital divide* para além das infra-estruturas tecnológicas. Ou seja, como não basta ter acesso à tecnologia, é necessário saber como a utilizar, é preciso contemplar igualmente os aspectos sociais e culturais e, para além disso, ter ainda uma preocupação com os conteúdos que são veiculados através da tecnologia. Como Mansell e Wehn referem, "a capacidade para produzir, distribuir e partilhar informação sobre os recursos e as actividades locais é tão importante como o acesso a informação digital de outras regiões (1998: 100).

Um tema importante quando se aborda a questão do acesso e da utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação em África é o conteúdo, o tipo de conhecimento que é disponibilizado e gerado através dos meios digitais. Por diversas vezes tem sido demonstrada preocupação pelo facto de a maior parte do conteúdo disponível na Internet ser produzido nos países desenvolvidos e de os africanos se tornarem consumidores e receptores passivos deste tipo de informação. Por detrás desta preocupação está o debate sobre a dominação dos valores ocidentais, mas também a dificuldade de encontrar formas de incentivo à participação dos cidadãos na esfera pública e modos que facilitem a sua contribuição enquanto produtores de informação. Esta dificuldade ganha especial expressão em contextos sem tradição de cultura democrática, muitas vezes com imposição de sérias restrições à liberdade. Subjacente está ainda a questão da apropriação e da compreensão da informação, ou seja, como promover o interesse e o conhecimento necessários que tornam possíveis a manipulação da informação disponível, mas que ao mesmo tempo incentivam também a produção de outro tipo de informação, mais adequada à sua própria realidade e necessidades?

Neste contexto, ganham relevância os *websites* de informação nacional, as ferramentas

que permitem interactividade e os media cujos conteúdos são produzidos pelo utilizador (*user generated content communication tools*), como os *blogs*. Estes últimos apresentam oportunidades e ótimos exemplos de participação dos cidadãos nos debates políticos e sociais e podem ainda ser considerados como formas de influência da opinião pública. Mesmo que não chegue directamente a muitas pessoas, a sua mensagem pode ser difundida através de jornalistas e líderes de opinião que são geralmente produtores e consumidores deste tipo de media.

Os *websites* de agências noticiosas, jornais e outros serviços informativos são boas formas de promover a dispersão de informação nacional e de conhecimento próprio da realidade. Ainda que contenham notícias de outros países estas são enquadradas pelo jornalista local e, para além disso, fomentam a produção própria de informação. Ademais, à semelhança da tendência verificada noutros pontos do mundo, muitos destes *websites* já começaram a incorporar ferramentas que promovem a interacção com os seus públicos, através da solicitação da sua opinião e sugestões, ou em casos específicos incentivando práticas de jornalismo cidadão.

A questão de uma eventual dominação de conteúdos estrangeiros na Internet não é o único perigo apontado. Outro problema é causado pela concentração dos media nas mãos de alguns actores políticos e económicos poderosos que geralmente conduz à falta de pluralidade e de diversidade de opiniões na esfera pública e, muito frequentemente, a tentativas de controlo da opinião pública.

As condicionantes impostas pelo controlo dos conteúdos disponíveis na esfera pública decididos por determinadas elites contrastam com a ideia de considerar a Internet como um instrumento de liberalização em ambientes de democracia em construção. Mesmo que a Internet não seja controlada de forma sistemática, se considerarmos que grande parte dos *websites* de informação resultam muitas vezes de outros órgãos de informação, pode concluir-se que a falta de pluralismo na televisão, rádio, ou imprensa se possa alastrar aos meios digitais. Desta forma, a diversidade de produtores de informação e opinião é essencial para manter algum equilíbrio.

Para além disso, a produção de informação e de conhecimento pelos cidadãos locais é fulcral para a manutenção das identidades locais e para assegurar uma participação efectiva na construção dos processos democráticos. Desde que a Internet não seja controlada pelas autoridades e os autores de *websites* perseguidos, existe um espaço para o aparecimento de novos actores, novos conteúdos, opiniões e pontos de vista.

## Os Casos de Angola e Moçambique

Depois da independência e de períodos de guerra civil seguidos por acordos de paz, tanto Angola como Moçambique experienciaram períodos de maior diversidade nos media, com alguma tolerância à existência de media alternativos e independentes. Todavia, estes media noticiosos enfrentam enormes dificuldades para sobreviver devido aos elevados preços de impressão e de distribuição e têm sido substituídos, nos últimos anos, por novos projectos patrocinados por grupos económicos, muitas vezes próximos das elites políticas, ou estão simplesmente a desaparecer.

O papel da Internet como veículo de informação é enfatizado em contextos de falta de pluralismo, deficiente iniciativa privada e onde ainda existem importantes constrangimentos à actividade jornalística. Tanto em Angola como em Moçambique, a maior parte dos

media nacionais é controlada pelo Estado e pela classe política dirigente. Os restantes media noticiosos são controlados directamente através da propriedade, pertencendo, muitas vezes, a grupos económicos ligados ao poder político, ou indirectamente, através de entraves à atribuição de licenças, elevados custos de impressão e distribuição, ou pela falta de inclusão de anúncios publicitários. Alguns testemunhos também dão conta de tentativas de controlo dos jornalistas através de subornos ou perseguições.

Com o aparecimento da Internet, não só mais informação está acessível em mais partes do país, mas também os utilizadores têm a possibilidade de produzir e publicar os seus próprios conteúdos, o que aumenta a diversidade de opiniões no espaço público. Esta possibilidade que a Internet oferece é especialmente interessante para aqueles indivíduos que são geralmente excluídos dos outros media, como é o caso das oposições políticas ou de pequenos partidos políticos.

Até certo ponto, a Internet pode também ajudar a ultrapassar os problemas de distribuição que a imprensa escrita enfrenta em Angola e Moçambique, visto que a maior parte dos jornais está apenas disponível nas capitais: quase todos os jornais já têm *websites*, o que permite que sejam lidos em mais partes do território e fora dele pelas comunidades de diáspora. Para além da imprensa escrita, também as estações de rádio e de televisão já perceberam a importância de estarem presentes *online*. Este é o caso das televisões públicas de Moçambique e Angola, a *TVM* e a *TPA* respectivamente, mas também das estações privadas *STV* e *TV Zimbo*. Nestes websites é possível encontrar informação sobre a programação, mas também informação e inquéritos sobre diversos temas da actualidade, vídeos, por vezes, emissões em *streaming*.

Em outros casos, é possível identificar tentativas de maximizar a interactividade com as audiências. O caso do jornal Moçambicano *A Verdade* ilustra bem esta preocupação, pois na sua versão *online* os leitores, para além de terem acesso ao conteúdo do jornal, podem enviar mensagens, participar em fóruns de discussão e responder a diferentes inquéritos. Durante as eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 2009, o jornal encorajou ainda os cidadãos a serem repórteres nos seus bairros e a enviarem as suas notícias para publicação numa página específica do *website* do jornal ([verdade.co.mz/eleicoes2009/](http://verdade.co.mz/eleicoes2009/)). Esta página incluía um directório com os vários *inputs* que foram enviados acompanhados de um título, data, localização e a indicação se a informação tinha sido verificada ou não. A iniciativa permitiu ao jornal ter repórteres em vários locais durante a campanha, possibilitando, por exemplo, tomar conhecimento de ocorrências em diferentes províncias.

Existem ainda outros *websites* que são actualizados regularmente, como portais de informação dedicados a diferentes temas e um número crescente de *blogs*, ainda que alguns deles anónimos. O anonimato funciona como um estímulo para todos aqueles que ainda recebem as perseguições ou que temem ser prejudicados devido às suas opiniões. Desta forma, a Internet é um instrumento importante não apenas para ajudar a promover o pluralismo no sistema mediático e a existência de media independentes, mas também para promover a participação de diferentes actores nos debates públicos, aumentando o número de pontos de vista disponíveis no espaço público.

Apesar dos níveis baixos de alfabetismo e do acesso limitado à Internet entre a população em geral, existe um número crescente de *blogs* nestes países. Tanto em Angola como em Moçambique, as autoridades não controlam o acesso à Internet e os seus conteúdos de uma



forma regular, ainda que haja testemunhos ocasionais de *bloggers* que foram aconselhados a parar de escrever. Por causa disto e devido aos ambientes relativamente novos de liberdade, algumas pessoas preferem manter o anonimato. Muitos destes *blogs* anónimos focam temas problemáticos como a corrupção, dão opiniões sobre as decisões e os discursos dos políticos, comentam os assuntos políticos e sociais nacionais e internacionais, ou simplesmente são formas de partilhar as experiências pessoais dos *bloggers* em diferentes situações.

Em Moçambique, seguindo a tendência dos jornais por fax, muitos jornalistas têm os seus próprios *blogs*, para além de um emprego num órgão de informação, onde eles comentam temas nacionais e internacionais. Este é o caso de Zenaida Machado (aminhavoiz.blogspot.com), Edmundo Galiza (nantchite.blogspot.com), ambos jornalistas na Rádio de Moçambique, ou de José Belmiro, jornalista do jornal Zambeze (juventuderebelde.blogspot.com), ou de Lázaro Bamo (kabamwine.blogspot.com), jornalista na Rádio Cidade, só para citar alguns exemplos.

Ainda que em menor grau, esta tendência também se pode encontrar em Angola. Exemplos incluem Adriano de Sousa, jornalista em diferentes revistas, é o autor de adreporter.blogspot.com; Orlando Cardoso tem um dos mais antigos *blogs* sobre política em Angola em altohama.blogspot.com. E um dos mais famosos jornalistas Angolanos, Rafael Marques, também tem o seu próprio blog, makaangola.com, concentrado em expor casos de corrupção directamente ligados às autoridades políticas.

Os jornalistas não são a única classe profissional activa na Internet nestes países. Existem também *blogs* de políticos que recorrem a este meio para fazer campanha sobre temas que os media noticiosos não cobrem, para motivar cidadãos a participar nos debates públicos, para comentar temas, debates, ideias, as actividades do Governo, etc. Um dos exemplos mais paradigmáticos é o *blog* do presidente Moçambicano Armando Guebuza (armandoguebuza.blogspot.com) intitulado "Moçambique: explorando outras formas de consolidação da cidadania", onde ele publica as suas opiniões e os seus discursos. É interessante referir este exemplo, porque nestes contextos de democracia em construção e com algumas restrições à liberdade, geralmente o recurso a este tipo de media alternativos é mais associado a partidos de oposição ou aos que têm mais dificuldade em obter cobertura nos media noticiosos nacionais. Pelo que o *blog* de Armando Guebuza é um indicador da importância que os políticos em geral reconhecem à Internet e às novas ferramentas de comunicação com o eleitorado.

Para além dos políticos, também economistas, historiadores, sociólogos e outros investigadores académicos e artistas asseguram a sua presença na blogosfera para apresentar o seu trabalho, comentar a actualidade, promover práticas de cidadania, ou para transmitir conselhos diversos à população, como por exemplo, dicas para poupar energia, etc.

Independentemente da sua profissão, quase todos os *bloggers* apontam como missão controlar as autoridades políticas e promover o conhecimento e o debate sobre diversos temas, no que pode ser visto como uma nova versão do 4.º poder da imprensa. A Internet promove a vigilância do poder político porque o acesso à informação se torna mais simples, bem como as actividades de partilha e de comentário da informação. Em quase todos os *blogs* é possível encontrar um tom crítico dirigido às autoridades políticas nacionais e locais, mas os apelos directos à mobilização política não são muito frequentes. Nestes casos, os telefones móveis são mais utilizados porque há mais pessoas que os utilizam. De

qualquer forma, os *blogs* servem o propósito de incentivar o debate e há *blogs* que foram pensados precisamente com esse objectivo (circulodesociologia.blogspot.com do moçambicano Patrício Langa, ou quintasdedebate.blogspot.com do angolano José Patrocínio).

De referir ainda a crescente interacção entre os *blogs* e os media noticiosos. Porque são uma ferramenta e uma importante fonte de informação para os jornalistas, os *blogs* podem influenciar o agendamento e motivar enquadramentos alternativos, se focam temas que os media não cobrem ou se apresentam novos pontos de vista e posicionamentos sobre os temas que são notícia.

Através desta análise superficial das blogosferas angolana e moçambicana não é possível tirar conclusões sobre se as pessoas que escrevem em *blogs* já se sentiam motivadas antes para participar nos debates políticos, mas é possível que sim. Todavia, no que se refere à avaliação do *digital divide*, é possível verificar que a utilização das tecnologias é feita essencialmente por parte daqueles que já possuem meios e conhecimentos para o fazer. Tal como noutros países, os *bloggers* são oriundos das classes média e alta, têm profissões liberais e um nível académico considerado alto quando comparado com a população em geral. Na maior parte dos casos, a Internet é utilizada de uma forma regular sobretudo pelas elites económicas, políticas e intelectuais e esta realidade influencia a forma como e as razões pelas quais a tecnologia é usada.

O facto de se tratar de democracias em construção acentua a pertinência da necessidade de mobilização para os valores democráticos, pelo que a questão de saber se a tecnologia é responsável pela participação política é também muito importante. Uma outra questão que é geralmente colocada é se a tecnologia consegue motivar novos actores para o processo político. Esta questão ainda que muito relevante não é determinante na avaliação do peso que a tecnologia pode ter em contextos como o angolano e o moçambicano numa primeira fase. Convém não esquecer que estes países enfrentaram experiências de guerra não há muito tempo e que a população não está acostumada às liberdades que são tomadas como garantidas nas democracias consolidadas, como a liberdade de expressão. Em muitos casos, nota-se a ausência de uma cultura democrática que permite a tolerância de opiniões diferentes e lhes concede importância e espaço na esfera pública. Desta forma, ser ouvido ou lido é importante, mas não é o único objectivo, o simples facto de ser possível e permitido escrever num *blog* – ou em outro suporte – uma opinião divergente à das autoridades já representa uma enorme realização e a convivência com pontos de vista antagónicos e com uma grande diversidade de pontos de vista é fulcral para aprofundar o processo democrático e o conhecimento sobre diversos temas. E isto é tanto mais importante quanto mais os media de abrangência nacional forem controlados pelo poder político ou por grupos próximos das elites políticas.

## Conclusão

É impossível abordar a questão do *digital divide* sem incluir a problemática do desenvolvimento e impossível pensar sobre o desenvolvimento sem incluir uma reflexão sobre a construção da democracia. Existe consenso na opinião pública mundial de que a situação mais vantajosa para as populações está relacionada com o usufruto dos benefícios económicos e sociais do desenvolvimento e com a liberdade política e a igualdade que a democracia sustenta. Por essa razão, as questões de como os processos democráticos podem

ser melhorados de forma a fortalecer o desenvolvimento e de como podem as políticas de desenvolvimento apoiar os processos de construção da democracia estão fortemente interligadas. Se é impossível pensar estas questões independentemente, é necessário considerar ainda uma outra variável: os media.

Várias barreiras são comuns aos processos de democratização e ao desenvolvimento dos países africanos em geral e aos casos de Angola e Moçambique em particular. O *digital divide* é importante porque condiciona o acesso à tecnologia e ao conhecimento que permite usufruir das vantagens da tecnologia, mas não é a única dificuldade. A falta de tradição de discussões públicas e de uma cultura de abertura, bem como as elevadas taxas de analfabetismo e a habilidade para compreender a informação que é veiculada, ou a falta de alimentação, cuidados médicos e habitação digna são elementos que devem ser ponderados nas análises sobre o desenvolvimento, a tecnologia e a democratização.

Como vimos, há autores que referem precisamente que não faz sentido reflectir sobre o *digital divide* enquanto as outras necessidades – mais básicas – das populações não forem resolvidas. No entanto, também existe a perspectiva de que a tecnologia é importante como instrumento que ajude a colmatar as diferenças e a responder aos problemas pré-existentes nas sociedades. É conhecido o importante papel que as rádios comunitárias têm desempenhado junto de comunidades desfavorecidas transmitindo conhecimentos práticos sobre alimentação, cuidados pré-natais, etc.

Com a Internet a quantidade de informação disponível é muito maior e o acesso a essa informação é mais fácil. Mesmo que a Internet não esteja acessível à maioria da população, existe a possibilidade de disseminação dos seus conteúdos através de jornalistas, líderes de opinião e líderes comunitários, que podem inclusive explicar e traduzir a informação disponível para os dialectos locais, de forma que mais pessoas a compreendam. Depois, ao permitir que os cidadãos produzam os seus próprios meios de expressão política, social ou cultural, actua como um incentivo à participação. Também no que se refere aos *web-sites* de media noticiosos, a tendência em Angola e Moçambique é muito semelhante à observada no resto do mundo: existe a preocupação em manter uma presença *online* e, em alguns casos, de propor ferramentas que incentivam a interactividade com os públicos, que, por sua vez, também promovem a participação.

## BIBLIOGRAFIA

BEST, M. L., Wade, K. W. (2009), The Internet and Democracy: Global Catalyst or Democratic Dud?, *Bulletin of Science Technology & Society*, 29: 255-271.

COLEMAN, S. (2005), New Mediation and Direct Representation: Reconceptualizing Representation in the Digital Age, *New Media Society*, 7, 177-198.

DIAMOND, L. (2008), *The Spirit of Democracy*, NY: Times Books.

FERDINAND, P. (ed.) (2000) *The Internet, Democracy and Democratization*, London: Routledge.

GIMMLER, A. (2000), Deliberative Democracy, the Public Sphere and the Internet, *Philosophy and Social Criticism*, 27(4): 21-39.

GROSHEK, J. (2009), The Democratic Effects of the Internet, 1994-2003: a Cross-National Inquiry of 152 Countries", *International Communication Gazette*, 71: 115-136.

- GUNTHER, R. & Mughan, A. (2000), *Democracy and Media: a Comparative Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HASELOFF, A. (2005), *Cybercafes and Their Potential as Community Development Tools in India*, *The Journal of Community Informatics*, vol. 1- n.º 3: 53-64.
- HUNTINGTON, S. P. (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman: University of Oklahoma Press.
- KEDZIE, C. (2002), *Coincident Revolutions and the Dictator's Dilemma*. In *Technology, Development, and Democracy*, ed. Juliann E. Allison, NY: State University of New York Press, pp. 105–130.
- LERNER, D. (1958), *The Passing of Traditional Society*, NY: The Free Press.
- LIPSET, S. M., (1959), *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy*, *American Political Science Review*, 53: 69-105.
- MÄKINEN, M. KUIRA, M. W. (2008), *Social Media and Postelection Crisis in Kenya*, *The International Journal of Press/Politics*, 13: 328-335.
- MANSELL, R. and Wehn, U. (1998), *Knowledge Societies: Information Technology for Sustainable Development*, Oxford: Oxford University Press.
- MURPHY, P. D. (2007), *Media and Democracy in the Age of Globalization*. In *Negotiating Democracy: Media Transformations in Emerging Democracies*, ed.s I. A. Blankson e P. D. Murphy, NY: State University of New York Press.
- NORRIS, P. (2001), *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty and the Internet Worldwide*, Cambridge: Cambridge University Press.
- OCDE (2001), *Understanding the Digital Divide*. [http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en\\_2649\\_33757\\_1814131\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/51/0,3746,en_2649_33757_1814131_1_1_1_1,00.html) (acedido a 27 de Dezembro de 2010).
- PRZEWORSKI A., Limongi F. P. (1997), *Modernization: Theories and Facts*, *World Politics*, 49: 155-183.
- SALGADO, S. (2009), *Politics, Citizenship and the News Media in Angola and Mozambique*. In *Global Politics in the Dawn of the 21st Century*, ed. Akis Kalaitzidis, Athens: Atiner.
- SALGADO, S. (Forthcoming), *The Web in African Countries: Exploring the Possible Influences of the Internet in the Democratization Processes, Information, Communication & Society*.
- SCHULER, D. (2004), *Reports of the Close Relationship Between Democracy and the Internet May Have Been Exaggerated*. In *Democracy and New Media*, ed.s Henry Jenkins e David Thorburn, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- TETLEY W. (2001), *The Media and Democratization in Africa: Contributions, Constraints and Concerns of the Private Press, Media, Culture & Society*, 23(1): 5-31.
- TICHENOR et al. (2002 [1970]), *O Fluxo dos Meios de Comunicação de Massa e o Crescimento Diferencial do Conhecimento*. In *Comunicação e Sociedade*, ed. João Pissarra Esteves, Lisboa: Livros Horizonte.
- UNDP (2001), *Human Development Report 2001. Making New Technologies Work for Development*, New York/Oxford: Oxford University Press.
- VANHANEN (1997), *Prospects of Democracy: a Study of 172 Countries*, London: Routledge.
- VOLTMER, K. e Rawnsley, G. (2009), *The Media*. In *Democratization*, ed.s Christian W. Haerpfer, Ronald F. Inglehart, Patrick Bernhagen e Christian Welzel, Oxford: Oxford University Press.
- VOLTMER K., (ed.) (2006), *Mass Media and Political Communication in New Democracies*, London: Routledge/ECPR Studies in European Political Science.